

**ATA Nº 20**

Aos vinte e um dias, do mês de setembro, do ano de dois mil e dezassete, pelas vinte e uma horas e vinte e sete minutos, reuniu a Assembleia de Freguesia de Colmeias e Memória, no salão do edifício sede da Junta de Freguesia, sito na rua Alfredo de Sousa Brandão, nº 71, lugar da Eira Velha, de acordo com o disposto na alínea a), do artigo 11, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, para uma sessão ordinária com a seguinte Ordem do Dia:

- 1-Apreciação da informação escrita do presidente da Junta de Freguesia acerca da atividade desta e da situação financeira da Junta de Freguesia de 1 de junho a 31 de agosto de 2017;**
- 2-Protocolo de colaboração com a Caixinha de Cores e a Toquinha dos Mimos- Programa de generalização do fornecimento de refeições escolares e prolongamento de horário dos jardins de infância de Agodim e de Colmeias e da Escola Básica do 1º Ciclo de Agodim- Apreciação, discussão e deliberação.**

Pelas vinte e uma horas e onze minutos, e havendo falta do senhor Adriano, o senhor Presidente da Assembleia saudou os presentes, declarou aberta a sessão e relembrou a ordem do dia com a sua leitura.

Entrou-se no período antes da ordem do dia tendo-se inscrito a senhor Miquelino Santos que expôs a situação relativa à escola da Bouça, mais propriamente em relação ao estacionamento das viaturas em frente à escola, onde em seu entender se criou uma situação séria. Tendo sido Presidente da Associação de Pais durante nove anos, era com muita mágoa que via esta situação, em que atrasadamente estava envolta uma quantia de setecentos e cinquenta euros o que teria facilitado a resolução do problema, mas que agora só com milhares se poderia resolver, e que certamente o senhor Presidente da Junta estava ao corrente. Considerava que recentemente a postura não tinha sido a mais correta, pois o senhor Presidente da Junta tinha chamado à escola as autoridades fiscais da Câmara Municipal de Leiria. Portanto gostaria de ser esclarecido sobre aquele assunto e esperava que quando se mudasse a feira da Memória não fossem chamadas as autoridades, se os feirantes não quisessem abandonar os locais antigos.

Respondeu o senhor Presidente do Executivo, que saudou os presentes e se congratulou pela sua presença. Em resposta à interpelação anterior explicou que o estacionamento de viaturas junto à escola da Bouça era um problema de há longos anos em que as pessoas se tinham habituado a estacionar num local que não era próprio para estacionar. Tinha pena que quando se tinha reformado aquela escola com obras, não tenha sido acautelado um espaço para o estacionamento de viaturas mesmo havendo espaço no local, pois o muro de delimitação da escola tinha sido feito praticamente em cima da estrada. Com respeito ao chamamento das autoridades, foi devido a alguns pais terem comunicado com a junta de freguesia preocupados com a segurança dos filhos e da situação do estacionamento. Também um proprietário de um terreno contíguo não tinha respeitado os afastamentos da via e tinha colocado uns ferros a inviabilizar a passagem de viaturas. Ao ver a situação, a Junta de Freguesia não tendo competência para intervir no assunto tinha contactado os serviços da Câmara Municipal de Leiria para solucionar o problema, já que era a entidade para o fazer. Não tinha chamado as forças policiais, não tinha sido essa a sua postura. Com respeito à insinuação sobre a feira da Memória, não acreditava de todo, que ao oferecerem-se boas condições de trabalho aos feirantes aqueles não quisessem mudar de lugar. Esclareceu ainda que, a feira era um problema antigo, não tinha condições para se desenrolar no lugar atual e

Municipal de Ourém, com a Junta de Freguesia de Espite, com a qual não tinha havido acordo, portanto estavam a avançar as obras com as condições necessárias para todos e noutra local. Mais informou que, em estradas pertencentes às Infra-estruturas de Portugal, era proibido a instalação de feiras e mercados, daí não perceber a insinuação proferida anteriormente.

Pediu a palavra o senhor Fernando Estrada que saudou os presentes e disse que tinha estado presente na última Assembleia de Freguesia e tinha intervindo sobre o mesmo assunto que iria falar e que era sobre a estrada da Confraria. Tinha aquela estrada sido marcada para se arrancar o alcatrão e repostos outros fazendo remendos o que tinha considerado ser um bom serviço. Na altura tinha perguntado por que não tinha sido feita a restante estrada, tendo o senhor Presidente da Junta respondido que não sabia, mas que iria saber e lhe daria a resposta. Estava ali, para saber essa resposta. Viu que posteriormente tinham aplicado na referida estrada uma espécie de cobertura e perguntava que reparação era aquela. Tinha questionado na altura se a estrada levaria tapete novo. Tinham-lhe dito que não, que era para levar saneamento. Perguntava se naquela altura não havia dinheiro para tapar buracos, então por que tinham feito aquela espécie de tapete? Não achava aquilo correto. Outro assunto era o caminho para as vinhas do conhecimento do Executivo, não percebia como do lado da outra freguesia estava tudo cortado e limpo e do lado da freguesia de Colmeias e Memória estava tudo cheio de silvas, vegetação e por arranjar. Que o senhor Presidente da Junta não tinha resolvido aquela situação, inclusive a substituição de umas manilhas. Gostava de chamar a atenção para esta situação pois era uma melhoria para o bem de todos. Não percebia por que se arrastava este problema sem solução quando era fácil fazê-lo para se poder passar.

Respondeu o senhor Presidente da Junta que as autoridades competentes tinham avançado para aquela solução, ou seja, a aplicação de uma camada de alcatrão chamada "slery" que a custos mais reduzidos, tinha como finalidade aguentar mais tempo o piso sem se esburacar mais até se fazerem as obras certas. Com respeito ao caminho das vinhas aquele assunto já tinha sido abordado numa Assembleia de Freguesia e num encontro com o senhor Fernando Estrada tinha sido combinado o referido senhor falar com o proprietário do terreno a fim de se substituírem as manilhas e proceder a obras de alargamento e limpeza e até aquela data continuava à espera. Concordava que era necessário proceder ao corte de silvas e matos e já tinha dito que se todos os confinantes dos terrenos concordassem em reunir-se no local para resolver o problema de vez ele estaria presente. Acrescentou que não estava para alimentar guerrilhas entre confinantes e muito mais em que em tempo de eleições fossem trazidos estes problemas também para alimentar politiquices. Informou que a limpeza de linhas de água, barrocas, etc. era da responsabilidade dos confinantes.

Foi dada a palavra à senhora Otilia do lugar da Confraria, que afirmou trazer à Assembleia de Freguesia a questão de um muro construído na propriedade do senhor David Gaspar Ferreira na rua das Serradas. O Senhor Presidente tinha prometido via telefone, a si e outras pessoas que o muro seria deitado abaixo no seu mandato e o muro continuava de pé. Com respeito à limpeza das ribeiras, ela tem os seus terrenos limpos e outros confinantes não. A quem se deve dirigir para denunciar a situação?

Esclareceu o senhor Presidente que todos os assuntos são feitos dentro da legalidade e têm os seus trâmites e o assunto do muro foi transferido para a Câmara Municipal de Leiria que infelizmente demora o seu tempo a resolver este tipo de situações. A Junta de Freguesia não tem o poder de demolir o muro só porque está mal executado. Se o fizesse incorreria num processo disciplinar ou outro. Contudo sabia que o proprietário do muro em apreço tinha sido contactado para resolver a questão num

curto prazo de tempo e confiava que brevemente seria encontrada a solução, pois o assunto estava sobre a alçada da Câmara Municipal de Leiria.

Com respeito à limpeza das linhas de água ou à sua falta, havia na internet “sites” para se fazer a denuncia “on line” mas que não se lembrava do nome da entidade a quem recorrer.

Inquiriu a senhora Otilia se afinal o Presidente da Junta não tinha poder para fazer obras e se era só para estar sentado na cadeira da junta de freguesia e as obras não apareciam; não era só prometer.

Pediu a palavra o senhor Presidente da Junta para afirmar que não iria responder a tais questões e que certamente a senhora Otilia devia viver noutra freguesia já que não conhecia a sua terra nem os melhoramentos efetuados.

Foi dada a palavra à senhora Maria Idalina que saudou os presentes e perguntou por onde se passava na Raposeira para os terrenos comprados pela família Gregório ao senhor António Veríssimo na antiga rua da Fábrica, presentemente rua do Beco. Declarou ainda que as pessoas no Casal da Raposeira não são todas tratadas da mesma maneira já que o arvoredado na rua dos Portelas ainda está por cortar e questionava ainda quem tinha dado autorização para demolir uma adega centenária da qual era herdeira e gasto dinheiro dos contribuintes para fazer uma obra ilegal. Se porventura o cabeça de casal deu autorização para o fazer, não estava de acordo porque ela pagava mais contribuição que ele que nada tinha feita pela herança desde 2006. Perguntava ainda por que estava feita uma habitação na rua do Portinho em cima do alcatrão se o proprietário tinha ou não apresentado a licença de construção e porque essa obra não tinha sido também demolida. Achava que a família Gregório era tratada como os cães e diferente das outras pessoas do Casal. Afirmou que o senhor Presidente da Junta tinha entrado num terreno seu com uma máquina fotográfica às costas e que o filho dele estava a trabalhar com uma máquina e tinha observado que o senhor Presidente tinha agarrado numa grande pedra para lhe atirar, isto para defender um amigo que tem um terreno registado nas finanças com oito mil e quinhentos metros mas que já conta com dez mil e quinhentos metros. Acusou o senhor Presidente da Junta de ter dezenas de queixas da família Gregório na Câmara Municipal de Leiria e outras entidades e que põe em causa o pagamento mensal dos ordenados a vinte e cinco empregados fora as contribuições que pagava. Perguntou também por que não demoliu um muro ao senhor Ribeiro que, segundo o senhor Presidente entendia estar em terrenos da Junta de Freguesia. Por que só via a família Gregório e não os outros?

Dado o direito de resposta, o senhor Presidente da Junta exclamou que obras ilegais estava a família Gregório a fazer. De todas as obras feitas nem uma única estava legal e que para as perguntas da senhora Idalina não tinha respostas a dar porque já as tinha dado; que a referida senhora perguntasse ao senhor Fernando Mota quem tinha dado ordem para a demolição da adega e que entendia o que a movia e o que a tinha trazido ali.

Interveio a senhora Maria Alice Ferreira que falou sobre um muro da rua das Serradas no lugar da Confraria e que quando tinha ido à Câmara Municipal de Leiria denunciar o caso lhe tinham dado as distâncias para se fazerem muros. Posteriormente tinha recebido uma carta para demolição do muro tendo este sido acrescentado numa ponta. Era do conhecimento das autoridades a situação. Tinha sido feito um abaixo assinado entre os vizinhos e mesmo assim o muro estava lá. Tinha comunicado ao senhor Presidente da Junta que ela também iria construir um muro da parte de baixo e este tinha-lhe “cortado as pernas” visto que o muro era para demolir. As pessoas serviam-se mal devido a esta situação e que se quisessem alargar a estrada para o lado de baixo, para o seu lado, ela não deixaria e não sabia a razão de tal situação.

serviam-se mal devido a esta situação e que se quisessem alargar a estrada para o lado de baixo, para o seu lado, ela não deixaria e não sabia a razão de tal situação.

Perguntou o senhor Presidente à senhora Alice se o terreno contrário ao muro era da senhora e se o poste de electricidade situado no local estava dentro ou fora da sua propriedade.

Respondeu a senhora que a propriedade era sua e que a estrada não encostava ao poste.

Propôs o senhor Presidente da Junta que se porventura ganhasse as eleições se comprometia a fazer uma reunião com os confinantes daquela via no mês de Novembro, já que parecia haver disponibilidade para o diálogo, a fim de se alargar a estrada com entendimento entre todos.

Inscreeveu-se o senhor João Ferreira Santos, do lugar da Farraposa para argumentar que à cerca de quatro anos tinham andado a fazer propaganda no seu lugar e que desde então nada tinha lá sido feito, nem a limpeza das valetas. Nada! Estava fora, tinha as suas coisas em ordem, mas os seus vizinhos e autoridades não tinham feito nada a não ser aumentar impostos. Acerca da rotunda do Toco, não percebia tal construção, tão apertada, decerto não passava um carro por outro.

Respondeu o presidente do executivo perguntando se a rua onde o senhor era a estrada da Vitória, no lugar da Farraposa, e afirmou que em resposta às suas questões que à cerca de quatro anos tinham alcatroado a estrada que liga parte da Lameiria à Farraposa com execução das valetas, arranjaram a estrada que liga ao Caixão de Pedra, limparam matos e valetas da estrada que liga a Farraposa a Santa Margarida assim como a estrada que vem ter ao topo do lugar. Há quatro anos estava intransitável agora está muito melhor e ainda este ano tinham lá passado com a roçadora a limpar.

Interveio o senhor Miquelino Santos para inquirir a razão pela qual não tinha sido atendido o pedido de substituição de uma lâmpada num candeeiro de iluminação pública na rua onde morava, visto haver muita população idosa que precisava de condições de segurança.

Respondeu o senhor Presidente da Junta que o executivo tinha feito um levantamento exaustivo das necessidades da freguesia no que respeitava à iluminação pública e enviado os pedidos à EDP, já lá iam uns bons anos. Devido a esse pedido só agora estavam a proceder na zona da Bouça à requalificação da cablagem das linhas elétricas e outros trabalhos, à imagem do lugar do Barreiro, do Castro, da Portela do Outeiro, Valongo, da Memória, onde estão marcados os trabalhos a executar. Acrescentou que era óbvio que o trabalho era da EDP, não tendo o executivo influência direta nos trabalhos. Contudo os cidadãos via telefone podem fazer esses pedidos à EDP, não havendo necessidade de o executivo da junta de freguesia de se ocupar desses trabalhos, embora o fizesse também.

Pediu a palavra a senhora Ana Vieira para pedir ajuda para a solução de os semáforos do Barracão estarem avariados por várias vezes. Tinha enviado a reclamação para a Câmara Municipal de Leiria e nada tinha sido feito. Portanto, pedia ajuda para resolução do problema.

Respondendo, o senhor Presidente da Junta disse que há dias quando tinha lá havido um acidente, nesse mesmo dia tinha informado a Câmara Municipal de Leiria, via "mail" e reportado o assunto. Infelizmente eram situações que o ultrapassavam.

Não havendo mais intervenções do lado do público o senhor Presidente da Assembleia pediu inscrições por parte dos membros da Mesa da Assembleia, tendo-se inscrito a senhora Anabela Lourenço. Esta senhora saudou os presentes e levantou a questão da feira da Memória visto estar registada no concelho de Ourém e não no de Leiria. Espite não tinha autorizado a mudança do lugar da Feira, sabia que estavam a ser

feirantes iriam querer mudar. Tinha visto as fotografias e não lhe parecia que os feirantes ficassem todos debaixo da estrutura. Perguntou como iriam mobilizar os feirantes para o mercado e como seria feita a seleção dos mesmos. Quanto iriam pagar os feirantes pelo terrado?- Quanto se iria pagar pela manutenção do edificio? Outra questão polémica era o edificio multi-usos previsto para o lugar do S. Silvestre para as Colmeias. Não se estariam a criar dois edificios iguais, já que a igreja estava a construir outro? Seria que não havia outro espaço para se construir o pavilhão sem ser no S. Silvestre, já que aquele era património das Colmeias? Outro assunto era a estrada da Zaburreira. Quatro anos a batalhar e nada havia sido feito, estava tudo na mesma. A rotunda da Memória no Tôco, não percebia que rotunda era aquela. Era uma rotunda galgável, mas não entendia a sua construção. Era uma rotunda que afastava o trânsito dos pesados e por conseguinte afastava as empresas e afirmou que naqueles quatro anos muita coisa ficou por fazer como o lavadouro do Casal do Monte sem solução.

O Senhor Presidente da Junta esclareceu que em relação à feira da Memória esta teve origem no século dezoito por iniciativa de um cidadão de Espite. O executivo tentou por todos os meios chegar a um acordo para a mudança da feira, até porque as feiras são proibidas em estradas pertencentes à Infra-estruturas de Portugal o que era o caso. Tentou-se chegar a acordo com Espite, havendo pessoas a favor e outras contra, mas Espite negou o acordo. O executivo da Junta de Freguesia reuniu com a G.N.R., com a Infra-estruturas de Portugal, sendo a G.N. R. taxativa que continuando a feira a ter lugar no sítio atual, autuaria os prevaricadores, apesar de não o querer fazer como era óbvio. Dava a conhecer que esta feira chamada dos nove e dos vinte e quatro estava registada em Leiria. Estranhava que agora pusessem em causa a mudança da feira, quando anteriormente era um cavalo de batalha do anterior executivo da freguesia da Memória, não tendo conseguido fazer a mudança. Explicou que o espaço coberto era só para a população que ia vender ocasionalmente os seus produtos caseiros, e que numa primeira fase o seu custo era de trezentos mil euros. Os feirantes em geral tinham toldos próprios para exporem os seus produtos e se abrigarem, sendo os seus locais de venda na faixa de rodagem na Avenida da Restauração que em dias de feira estaria cortada ao trânsito. Ideia esta defendida pelo anterior Presidente da Junta da Memória, senhor José Rodrigues, pois a circulação automóvel se faria na outra via que passa junto à igreja. Quanto ao pagamento do terrado, era prematuro estar a falar no assunto. Achava que as preocupação deveriam ser a falta de segurança da feira atual, da falta de estruturas de apoio nomeadamente casas de banho, fazendo as pessoas as suas necessidades fisiológicas onde calhava. No que respeitava ao edificio do S. Silvestre. O que estava para ser feito, vinha ao encontro dos desejos de fregueses que queriam um espaço condigno e com boas estruturas para se fazerem eventos naquele local ao abrigo das condições climáticas. Será uma cobertura em material transparente onde se estará mais confortável para que os eventos a realizar, se não anulem devido à chuva ou ao calor. Será um projeto para atrair mais pessoas aos eventos, tendo também em vista a promoção dos produtos locais e a sua gastronomia. Sobre a estrada da Zaburreira não iria responder pois o assunto já estava por demais debatido. Sobre a rotunda da Memória, aquela tinha sido feita para regular e disciplinar o trânsito, sendo que a anterior dava para os carros passarem a direito sem a contornar, havendo também acidentes vários por excesso de velocidade. A nova rotunda, ao contrário da opinião da senhora Anabela dava para passar qualquer "semi trailer" em qualquer das entradas e saídas. Ademais os condutores só deviam de respeitar o código da estrada e não ignorar os sinais de trânsito.

Tomou a palavra a senhora Dulce para inquirir se tinha sido feito um estudo de mercado para a execução das obras para a feira da Memória. Argumentou que quem ia

Tomou a palavra a senhora Dulce para inquirir se tinha sido feito um estudo de mercado para a execução das obras para a feira da Memória. Argumentou que quem ia àquela feira era maioritariamente a população envelhecida e que por força da vida, no futuro próximo, certamente haveria metade da população a comprar e claro menos vendedores. Seria que valia a pena tal investimento em tal estrutura?- Notava-se que havia eleições; que durante os quatro anos da legislatura tinha requerido vários melhoramentos, sendo a resposta que não havia dinheiro e de repente nestes últimos meses apareciam projetos de trezentos mil euros. Estava escandalizada e achava que tal investimento não tinha viabilidade no futuro. Nas primeiras sessões tinha dado ideias para fixar os jovens na freguesia, tinha apelado que houvesse iniciativas para motivar os jovens a fixarem-se e habitarem os lugares da freguesia e passados estes últimos quatro anos não se tinha feito nada nesse sentido. Que comércio ou indústria se tinha criado para desenvolver a atividade económica na freguesia? – Perguntava qual era a razão do não alcatroamento da rua do Outeiro, porque lhe tinham dito que iria ser feito o saneamento. Pois, nem saneamento nem alcatrão, ao menos uma camada de “slery” porque a rua estava um caos. Outro assunto era porque a Câmara Municipal de Leiria não respondia aos “mails” dos munícipes. Muitas queixas eram reenviadas pela Junta de Freguesia para a Câmara Municipal de Leiria e o vereador Lino não se dignava responder. Devia de ser pela consideração pelos munícipes, ou pelo senhor Presidente da Junta que era zero. Tinha pedido um sinal de trânsito para a rua das Ferrarias afim de condicionar a via aos pesados e nada de resposta.

Respondeu o senhor Presidente da Junta que iria esclarecer alguns assuntos. Sobre a estrada do Outeiro, que conhecia bem o problema era que na referida estrada passavam alguns carros, enquanto na estrada da Bouça passavam centenas, daí a prioridade da reparação, esperando-se o saneamento para aquela zona no próximo mandato.

Pediu a palavra o senhor David para afirmar que quanto à feira da Memória se sentia desgostoso com as opiniões, referidas, pois mexia com ele. Achava estranho que durante trinta anos em que não se tinham resolvido os problemas da feira da Memória, estando presentemente o assunto em vias de resolução, e em vez de remarem todos para o mesmo lado, vinham opiniões contrárias a criarem separação e a levantarem problemas. Com respeito ao estudo de mercado, no último censo contaram-se cento e vinte feirantes, estando quase colada à feira de Leiria no número de feirantes. Doía-lhe ver as pessoas a fazerem as necessidades fisiológicas onde calhava; a falta de condições sanitárias e de higiene dos feirantes e do público, mas acima de tudo, a falta de segurança rodoviária. Espite não quis fazer casas de banho, agora preocupava-se, mas entendia ser altura de eleições e valia tudo. Foram três anos a negociar a mudança da feira, não tinha sido fácil e também tinha sido difícil arranjar orçamento, mas tinha-se conseguido solução.

Tomou a palavra o senhor Manuel Carlos Sousa que saudando os presentes disse que comungava as preocupações do executivo sobre a feira da Memória. Ressalvou que alguma coisa tinha que ser feita o que criticava era a maneira como se tinha desenrolado o processo e leu o seguinte comunicado:

*Ex.mo Senhor Presidente da AF, caros colegas.*

*Ex.mo executivo da Junta da União de Freguesias. Estamos aqui para realizar a última sessão ordinária da Assembleia de Freguesia deste mandato autárquico que vai terminar com a realização das próximas eleições no próximo dia 01 de outubro. É por isso chegada a hora de fazermos um balanço do trabalho realizado durante estes últimos quatro anos. Pela minha parte saio de consciência tranquila porque sempre*

*Assembleia procurei ser "a voz de quem a não tem", muito em especial, denunciando as injustiças, as desigualdades de tratamento e as perseguições que muitos fregueses foram alvo por parte do executivo desta Junta de Freguesia, nomeadamente, do seu presidente. Basta ler as atas desta Assembleia de Freguesia para se ficar com uma ideia daquilo que acabei de dizer. Espero que os próximos autarcas das Colmeias e Memória sejam defensores dos interesses de cada cidadão residente na nossa freguesia e impeçam que o lugar de autarca seja utilizado em proveito próprio, de per si, da sua família ou até dos seus amigos. Começamos a assistir nesta freguesia à instalação de uma certa cultura dominada pelo medo, com receio de sofrer represálias contra bens e pessoas, sempre que alguém se opõe à Junta de Freguesia, muito em especial ao seu Presidente. Há a presença de sinais preocupantes na nossa comunidade segundo os quais, quem não prestar vassalagem aos titulares do poder instituído corre o risco de ser marginalizado. E se o freguês insistir em fazer valer os seus direitos é atacado pela alcateia de predadores dos interesses instalados.*

*Por isso, qualquer autarca deve ser em primeira linha o advogado de defesa do freguês ou do munícipe injustiçado, perseguido e maltratado pelos poderes políticos. Nem todo o cidadão tem capacidade para vir a esta Assembleia para se queixar ou até para recorrer aos Tribunais para fazer valer os seus direitos, porque lhe falta nalguns casos, conhecimento, capacidade económica ou até estrutura mental para suportar um litígio com o poder instalado. Por isso a função de autarca nas Colmeias e Memória assume cada vez mais um papel de extrema importância na defesa em toda a linha dos direitos dos cidadãos.*

*Sr. Presidente e caros colegas:*

*O exercício de membro da Assembleia de Freguesia, tal como já referi no passado, não pode ser exercido numa base acrítica para com o executivo da Junta de Freguesia ou na base da Fé para com o seu presidente. Recordo-vos que o único momento em que o Homem vive na Fé é quando se dirige para a casa que fica ao lado do edifício da nossa Junta de Freguesia, que é a Igreja Matriz das Colmeias. O que nos distingue dos animais é esta nossa capacidade de questionar as coisas da vida e do mundo.*

*Desta forma, assumindo aqui uma visão de análise crítica ao nosso trabalho, digo-vos em jeito de apreciação global que esta Assembleia e os vários fregueses que aqui vieram foram desvalorizados pelo executivo da Junta de Freguesia nestes quatro anos. Dos vários pedidos que aqui foram feitos ao executivo da Junta de Freguesia, quer pelos membros desta Assembleia, quer pela população que participou nas nossas sessões, só um reduzido número de solicitações foi atendido pela Junta de Freguesia.*

*Vejam-se os números que se seguem relativos aos pedidos formulados nas sessões desta Assembleia:*

*Tivemos 103 pedidos efetuados. Destes 103 pedidos, 77 correspondem aos pedidos realizados pelos elementos da Assembleia e 26 foram os pedidos efetuados pelos cidadãos.*

*Dos 77 pedidos feitos pelos membros da Assembleia de Freguesia, apenas 6 correspondem aos elementos da bancada do Partido Socialista, 6 pedidos para o membro independente, Vitor Francisco, e tivemos 65 pedidos realizados pelos elementos da bancada do Partido Social Democrata.*

*Relativamente aos 103 pedidos, verifica-se existirem 32 pedidos que estão repetidos, isto é, foram apresentados por várias fregueses ou membros da Assembleia.*

Por isso, temos 71 pedidos individualizados quanto ao assunto a tratar.

O pedido mais vezes repetido nesta Assembleia foi a reparação da Estrada Zaburreira localizada na antiga freguesia da Memória, em número de 10.

Destes 71 pedidos apenas 16 foram atendidos pela Junta de Freguesia. Isto significa na boa matemática que existem 55 pedidos que não foram executados ou concluídos pelo executivo da Junta de Freguesia. Ou seja, 78% dos pedidos não foram atendidos pela Junta de Freguesia.

Considerando apenas os 22 pedidos singulares realizados pelo público. Apenas 4 (quatro) em 22 foram satisfeitos pelo executivo da Junta, o que significa que tivemos 82% de pedidos feitos pelo público que não foram rejeitados pela Junta.

Chegados aqui, uma pergunta se impõe: para que servem as sessões da Assembleia de Freguesia e se vale a pena o público continuar a participar nas reuniões deste órgão autárquico?

Afinal quem devia de os ouvir não os ouve. A realidade é esta!

Os números revelam que a Junta de Freguesia não resolveu os problemas dos cidadãos que recorram às sessões desta Assembleia de Freguesia. E porquê...(?) perguntarão alguns. Deixo para o intimido de cada um de vós uma melhor e mais profunda análise. Contudo, sempre direi que a gestão desta Junta de Freguesia foi marcada tendo em conta a satisfação do Ego do seu presidente e tendo em vista o calendário eleitoral. Alguns de nós andámos estes quatro anos a pedir à Junta para nalguns casos fechar um buraco ali, arranjar uma berma acolá, fazer uns passeios, reparar um caminho ou uma estrada (coisas simples) e... sempre nos foi dito que não havia dinheiro. Agora, em véspera de eleições, aparecem projetos e intenções de obras no valor de milhares de euros com objetivos claramente eleitorais.

Veja-se o exemplo do Edifício Multiusos a projetar para o espaço da Feira de S. Silvestre. Não vou pronunciar-me neste momento sobre a utilidade de tal edifício para a Freguesia. Apenas acho estranho que se avance com uma obra daquele género para um local onde à distância de 500 metros se anda a construir um outro edifício do mesmo género de utilização comunitária num investimento de um milhão e meio de euros. Neste momento a minha preocupação é outra.

Todos nós ficámos a conhecer das intenções do executivo desta Junta de Freguesia para aquele espaço através de um placard que foi colocado junto do terreno da Feira de S. Silvestre. Como todos sabem, esta matéria nunca foi abordada nesta Assembleia de Freguesia, nem tão pouco existe uma rubrica inscrita no atual orçamento, e tanto quanto se sabe nem projeto existe.

Todavia, à boleia daquele projeto foram gastos recursos financeiros da Junta de Freguesia para exclusivamente promover a recandidatura da atual equipa do Partido Socialista à Junta de Freguesia da União de freguesias de Colmeias e Memória.

Isto não é admissível numa sociedade democrática onde cada partido ou grupo concorrente às eleições devem ter as mesmas oportunidades e os mesmos meios para divulgarem os seus projetos.

Ora, nesta matéria, o que se assiste é o órgão autárquico, Junta de Freguesia, a gastar o dinheiro que pertence a todos nós para divulgar uma promessa eleitoral do grupo do Partido Socialista.

Isto é claramente gozar com o pagode.

O esforço do grupo do PS, muito especial do seu cabeça de lista e atual presidente de Junta, em manter-se no poder é tanto que, a duas semanas das eleições,

resolveram iniciar a construção de uma obra, designada por Mercado da Aldeia, a implantar na antiga freguesia da Memória, orçamentada em cerca de 330 mil euros. Na fase eleitoral que nos encontramos não é o momento de discutirmos a importância e a necessidade daquela obra para a Freguesia, muito em particular, para o antigo território da freguesia da Memória, região tão esquecida por este executivo nestes últimos quatro anos.

O que se pretende chamar atenção neste momento é para a forma como este executivo da Junta de Freguesia está querer condicionar por antecipação, o trabalho do novo executivo a sair dos resultados eleitorais das próximas eleições autárquicas. Isto porque, não é líquido nem é certo que as próximas eleições autárquicas sejam ganhas pelo Partido Socialista, ou seja, até pode acontecer, como espero, que seja outra força partidária a ganhar as eleições.

Ora, não é aceitável que se imponha a continuação de um projeto que está ainda na sua fase embrionária a um novo executivo que não foi visto nem achado na sua conceção e planeamento. Porque quem ganhar até pode entender projetar a obra de outra forma.

O futuro executivo a sair das próximas eleições autárquicas, que não sabemos quem seja, tem logo no início do seu mandato um encargo de € 142.602,55, correspondente ao valor pelo qual a obra foi adjudicada nesta primeira fase pelo atual executivo da Junta de Freguesia. E caso o novo executivo queira parar a obra ou promover a sua alteração terá, como é conhecido, que indemnizar a empresa a quem foi adjudicada a primeira fase de construção.

A ser assim, como me parece, uma pergunta se impõe: havia necessidade urgente e inadiável para se iniciar aquela obra a duas semanas das eleições?

A resposta é muito simples: não há qualquer necessidade do ponto de vista da realização do interesse público das populações abrangidas por esta União de Freguesias.

A única necessidade para se iniciar aquela obra nesta fase é unicamente chamar atenção do eleitorado para o grupo do Partido Socialista corrente às eleições autárquicas, quer à Junta de Freguesia, quer à Câmara Municipal.

Ora, mais uma vez estão os dinheiros públicos a serem utilizados de forma despudorada para promover em exclusivo um grupo de cidadãos que reunidos sobre a bandeira do Partido Socialista concorrem às eleições do próximo dia 01 de outubro.

Sr. Presidente e caros colegas

Pela primeira vez neste mandato não vou fazer nenhum pedido ao atual executivo da Junta de Freguesia porque espero que as minhas próximas solicitações sejam realizados diante de nova gente e com uma nova equipa. Contudo, faço votos que o próximo executivo corrija a situação de legalidade duvidosa, quiçá obscura, que passo a expor:

Neste momento há uma Solicitadora que exerce a sua atividade privada e em nome pessoal nas instalações da Junta de Freguesia.

Parece-me haver aqui uma coisa estranha quando se permite a utilização de um equipamento público, onde se engloba a utilização de uma sala, secretárias, cadeiras, água, luz, serviço de limpeza, saneamento e internet, para fins de natureza estritamente privados.

Nesta matéria a Junta de Freguesia nunca promoveu nenhum concurso público junto dos vários profissionais do foro jurídico existentes na freguesia para a concessão



daquele espaço. E por esta via está a promover a concorrência desleal no apoio privilegiado que está a dar a um elemento daquela comunidade jurídica face aos restantes membros do grupo.

Considero haver aqui algo de muito absurdo, mesmo que por hipótese, a Sr.<sup>a</sup> Solicitadora se tenha obrigado perante a Junta de Freguesia a prestar de forma gratuita aconselhamento jurídico aos fregueses, como contrapartida da utilização das suas instalações. Mesmo que assim fosse, a Junta de Freguesia não pode organizar e disponibilizar a prestação de serviços de consulta jurídica a terceiro porque não está previsto na Lei tal competência.

No que respeita especificamente às autarquias territoriais, nenhuma lei lhes confere poderes em matéria serviços de proteção jurídica. A lei das atribuições das autarquias locais (Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro) não menciona em lado nenhum a possibilidade das freguesias se encarregarem da organização da prestação de serviços jurídicos aos seus residentes. Não tenho dúvidas que é necessário corrigir a presente situação de acordo com a Lei.

Aproveito para agradecer o trabalho desenvolvido pelo Sr. Presidente da Assembleia pela forma como conduziu as sessões deste órgão autárquico, não obstante considerar que se poderia ter ido um pouco mais além na defesa das competências desta Assembleia, bem como, na proteção de alguns fregueses que foram tão maltratados pelo executivo da Junta de Freguesia. Recordo para efeito de memória futura, para que não se voltem a repetir, três momentos insólitos e pouco dignificantes para esta Assembleia:

- Quando esta Assembleia reuniu em sessão ordinária numa casa de habitação/estabelecimento comercial pertencente a um particular no lugar do Barracão;
- Quando se permitiu que os participantes de uma determinada sessão ocorrida neste edifício cometessem um homicídio de carácter de uma família da nossa freguesia. Lembro que todos nós temos direito ao nosso bom nome e somos sempre inocentes até ao trânsito em julgado de uma sentença judicial;
- Há poucos dias alguém decidiu publicar as atas da Assembleia de Freguesia do mandato de 2009 a 2013 no sítio da internet da Junta de Freguesia sem que o assunto fosse aqui discutido e votado. Esta é uma matéria exclusiva desta Assembleia e só esta Assembleia de Freguesia tem competência para decidir sobre tal publicitação.

Por último, quero aqui deixar uma palavra de sentido reconhecimento ao Sr. Secretário desta Assembleia de Freguesia pelo trabalho realizado na elaboração das atas deste órgão autárquico, tarefa sempre difícil.

Finalmente, quero desejar a todos os presentes os melhores êxitos pessoais e que a saúde vos acompanhe para que todos possamos andar por aqui durante muitos e bons anos.

Permitam-me que termine com duas frases de Sá Carneiro: "A política sem risco é uma chatice mas sem ética é uma vergonha!", por isso, complemento ainda com outra frase daquele grande político, " Se nos demitirmos da intervenção ativa, não passaremos de desportistas de bancada, ou melhor, políticos de café".



Acrescentou que reconhecia que a sua atuação na Assembleia de Freguesia tinha sido contundente, sem dúvida; tinha agido na defesa dos interesses da freguesia e dos seus cidadãos. Pensava que não levava inimigos porque os únicos amigos que tinha perdido tinham sido aqueles que a morte tinha levado.

Interveio o senhor Presidente do Executivo para dizer que tinha ouvido com atenção as palavras do senhor Manuel Carlos de Sousa e tinha para lhe dizer que o que demonstrava nas suas palavras, eram uma diarreia, uma política com odor nauseabundo, que contaminava todos os que o rodeiam arrastando a forma de fazer política para o descrédito e repulsa. Tinha sido sempre a sua forma de fazer política; mórbida e de maledicência, calúnia e de difamação. Durante esta legislatura tinha procurado sempre denegrir a sua imagem. Nunca tinha apresentado qualquer projeto válido para a freguesia. Queria dizer-lhe na sua cara que não tinha tido nenhum gosto em conviver com o senhor Manuel Carlos de Sousa naquele período em que a sua presença lhe provocava antipatia. Sabia que a sua antipatia tinha sido mal vista pelo partido que representou, o que tinha levado aquela força política a não o aceitar nas suas listas. Pretendia informá-lo que após as eleições lhe iria mover um processo com base nas calúnias e difamações que lhe tinham sido direcionadas e que iria até às últimas consequências. Queria agradecer aos eleitos pelo partido socialista por o terem acompanhado ao longo daqueles quatro anos. Agradecia ao senhor Secretário da Assembleia, o trabalho feito na elaboração das atas, assim como ao senhor Presidente da Assembleia de Freguesia pela ajuda dada e também pela forma cordial com que conduziu os trabalhos, pedindo desculpa pelos eventuais excessos verbais que tinha proferido. Agradecia a presença na mesa da Assembleia de Freguesia da senhora Anabela Lourenço e Dulce Graça, assim como, ao senhor Vítor Francisco pelo trabalho desenvolvido.

Tomou a palavra o senhor Manuel Carlos Sousa para esclarecer que relativamente à sua não inclusão do seu nome nas listas do P.S.D. para as eleições autárquicas esclarecia que tinha sido convidado para fazer parte da lista candidata à União de Freguesias de Colmeias e Memória e tinha recusado, tinha sido convidado para fazer parte da lista concorrente à Assembleia Municipal, tinha recusado e no fecho das listas das eleições tinha sido convidado pelo cabeça de lista, senhor Fernando Costa para fazer parte da lista candidata à Câmara Municipal e também tinha recusado. Portanto não sabia onde o senhor Artur Santos tinha recolhido aquela informação, mas alguém o tinha enganado.

Interveio o senhor Presidente da Assembleia, para informar que o tempo antes da ordem do dia tinha sido largamente ultrapassado e que não permitia mais intervenções. Acrescentou que certamente alguns elementos queriam dizer mais algumas palavras por ser a última sessão da legislatura, mas que não podia ser. Agradeceu o trabalho efetuado pelos elementos da Mesa da Assembleia, a confiança que tinham depositado na sua pessoa, enquanto presidente da referida Mesa da Assembleia na condução dos trabalhos e manifestou que por vezes tinha sido difícil disciplinar os trabalhos e os debates pelo excesso de linguagem no calor dos debates. Criticou-se pelo facto de muitas vezes o tempo destinado aos debates ter sido ultrapassado, mas entendia que as pessoas tinham o direito ao seu ponto de vista e a defenderem-se. Desejou boa sorte aos eleitos nas listas dos vários partidos para as próximas eleições autárquicas e acrescentou que o cargo de Presidente de Junta era ingrato, era um trabalho a tempo inteiro e considerava ser o Presidente da Junta o parente pobre da administração pública, pois andava sempre de chapéu na mão a pedir, a persistir, a pressionar até ter o que pretendia.

## ATAS

Passou-se ao período da ordem do dia, tendo o senhor Presidente da Assembleia requerido que o ponto número dois “-Protocolo de colaboração com a Caixinha de Cores e a Toquinha dos Mimos- Programa de generalização do fornecimento de refeições escolares e prolongamento de horário dos jardins de infância de Agodim e de Colmeias e da Escola Básica do 1º Ciclo de Agodim- **Apreciação, discussão e deliberação.**” fosse feito por minuta, visto precisar de autorização imediata. Sendo posto à votação este quesito, foi aprovado por unanimidade.

Entrou-se no ponto número um da ordem do dia “-**Apreciação da informação escrita do presidente da Junta de Freguesia acerca da atividade desta e da situação financeira da Junta de Freguesia de 1 de junho a 31 de agosto de 2017.**”.

Não suscitando intervenções e não carecendo aquele ponto de deliberação, passou-se à deliberação do ponto dois por minuta” “-Protocolo de colaboração com a Caixinha de Cores e a Toquinha dos Mimos- Programa de generalização do fornecimento de refeições escolares e prolongamento de horário dos jardins de infância de Agodim e de Colmeias e da Escola Básica do 1º Ciclo de Agodim- **Apreciação, discussão e deliberação.**”

Não havendo explicações sobre este ponto, procedeu-se à leitura da minuta e à sua votação tendo sido aprovado pelos membros da bancada do P.S., do senhor Vítor Francisco e da senhora Anabela Lourenço, e duas abstenções do Senhor Manuel Carlos Sousa e da Senhora Dulce Graça. Não havendo mais nenhum assunto a tratar, o Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, pelas vinte e três horas e cinco minutos, desejando boa noite aos presentes, da qual será lavrada a presente ata, que, posteriormente será aprovada pelos elementos da Mesa da Assembleia, trancada e assinada.

O Presidente da Assembleia \_\_\_\_\_

O Primeiro Secretário \_\_\_\_\_

O Segundo Secretário \_\_\_\_\_